

JEAN-CLAUDE COMBESSIE

TEXTO OBRIGATORIO
AULA 1

O método em sociologia

O que é, como se faz

Tradução

MARIA STELA GONÇALVES



O QUE É, COMO SE FAZ

- Auto-estima*, J. V. Bonet
Avaliação escolar, P. Morales
Bioética, F. Lolás
Criatividade & redação, R. Marchioni, 3ª ed.
Cultura brasileira, A. Vannucchi, 3ª ed.
Educação cristã no terceiro milênio, J. G. Roca
Educação na família e na escola (A), J. S. i López
Ensato filosófico, A. P. Martiniich
Ensino na escola, M. Saint-Onges, 2ª ed.
Ética social, E. Chiavacci
Internet na escola, A. Sobral, 3ª ed.
Jejum, P. Sciadini, 5ª ed.
Lectio divina, T. Hall
Método em sociologia (O), J.-C. Combessie
Motivação em sala de aula, J. A. Tapia; E. C. Fita, 5ª ed.
Oração, H. J. M. Nouwen, 2ª ed.
— *Pecado*, X. Thevenot
Pedagogia da gestão mental, A. de la Garanderie; G. Cattani
Pesquisa na escola, M. Bagno, 15ª ed.
Preconceito linguístico, M. Bagno, 31ª ed.
Que preciso saber sobre clonagem e transgênicos (O), Q. M. Arantes
Relação professor-aluno, P. Morales, 3ª ed.
Universidade comunitária, A. Vannucchi

hipóteses ou problemáticas provisórias, seja para prepará-las: isso é particularmente importante no início da pesquisa, mas também a cada vez que emerge uma informação, uma questão nova. A mesma exigência se faz quando, analisados os elos termo a termo, trata-se de operar a síntese dessas ligações parciais, síntese globalizante ou síntese estruturada de sua configuração de conjunto.

Assim, entre os métodos de tratamento, alguns têm objetivos mais sintéticos, então nós os agrupamos no início, quando se trata de elaborar hipóteses, e no final desta parte, na conclusão da apresentação dos métodos de tratamento estatístico.

V. Ordenar, classificar

Guias de observação e guias de entrevista visam constituir conjuntos de informação homogêneos e organizados segundo uma ordem construída para favorecer a comparação. Mas a pesquisa documental, a observação e a entrevista recolhem sempre uma pluralidade de informações heterogêneas, reúnem "uma multidão de fenômenos dados isoladamente, difusos e discretos, que podem ser encontrados ora em grande número, ora em pequeno número e não absolutamente por locais" [Weber, 1904], e que se trata de ordenar, no início, no decorrer ou até mesmo no final da pesquisa.

HIPÓTESES E DEFINIÇÕES

O método ideal-típico

A citação de Max Weber nos dá a introdução ao método que ele preconiza para "ordenar" tais fenômenos: a elaboração de tipos ideais. Traduzido do alemão, o termo "ideal" indica que o "conceito-limite" funciona como um modelo possível para o conhecimento. Ele tem por objetivo "formar o julgamento de imputação", "guiar a elaboração das hipóte-

ses". Por esse motivo, ele pode se inserir nos primeiros momentos de qualquer pesquisa, assim como mais tarde também, na ocasião do tratamento de documentos, de entrevistas informais ou de notas tomadas ao vivo, enfim, de todo tipo de informação heterogênea e lacunar. "Obtém-se um ideal-tipo acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando [essa multidão de fenômenos] que são ordenados segundo os pontos de vista precedentes, escolhidos unilateralmente, para formar um pensamento homogêneo." Seleção, o tipo ideal resume em linhas gerais; acentuação unilateral, ele tende, poderíamos dizer, para a caricatura, que não é um objetivo mas um meio da pesquisa: e se o original se parecesse com uma caricatura? "Na realidade, não se pode nunca decidir *a priori* se se trata de um puro jogo do pensamento ou de uma construção de pensamento fecundo para a ciência. [...] Ele não tem outro significado a não ser o de um conceito-limite puramente ideal, com o qual se mede a realidade para esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual a comparamos" (ibidem). Analisando o que o "espírito do capitalismo" deve à "ética protestante", Weber [1920] tem consciência de seguir um processo ideal-típico: ele privilegia um ponto de vista, uma hipótese (o capitalismo ocidental procede de uma ética estruturada pelo desenvolvimento do protestantismo) e, a partir disso, encaixa uma "multidão de fenômenos" e um "pensamento homogêneo". Ao longo da pesquisa, ele define até, por meio da pessoa de Benjamin Franklin, um "tipo ideal encarnado" do "espírito do capitalismo".

94

[...] Vamos nos referir a um documento desse "espírito", em sua pureza quase clássica [...].

Lembre-se de que tempo é dinheiro. Aquele que, podendo ganhar dez *shillings* por dia trabalhando, passeia ou fica no quarto preguiçando a metade do tempo, ainda que seus prazeres, sua preguiça custem-lhe apenas seis *pence*, não deve limitar-se a contar esse único *pence*. Além disso ele gastou, ou melhor, jogou fora, outros cinco *shillings*.

Lembre-se de que crédito é dinheiro. Se alguém deixa seu dinheiro nas minhas mãos ao passo que ele lhe é devido, ele me presenteia com o interesse ou ainda com tudo o que posso fazer de seu dinheiro durante esse tempo. Isso pode elevar-se a um montante considerável

se gozo de muito crédito e faço um bom uso dele [...].

É Benjamin Franklin que nos faz esse sermão. [...] Vamos nos deter ainda um instante nesse texto cuja filosofia é assim resumida por Kùrnberger: "Eles arrancam sebo dogado, dinheiro dos homens". A particularidade dessa filosofia da avareza parece ser o ideal do homem de honra cujo crédito é reconhecido e, acima de tudo, a idéia de que o dever de cada um é aumentar seu capital, supondo isso ser um fim em si. Na realidade não é simplesmente uma maneira de fazer seu caminho no mundo que é assim pregada, mas uma ética particular. Violar suas regras não é apenas insensato, mas deve ser tratado como uma espécie de esquecimento do dever. Aí reside a essência da coisa [Weber, 1920].

Sua tipologia, ele o sabe, procede de uma escolha: "Esses pontos de vista [...] não são de maneira alguma os únicos possíveis. Da mesma maneira que acontece para cada fenômeno histórico, outros pontos de vista fariam aparecer outros traços como 'essenciais'" [ibidem]. E, entre os outros pontos de vista possíveis e fecundos sobre o capitalismo, ele cita as análises de Marx.

Os pontos de vista possíveis são em si inumeráveis, não-definíveis. A história da sociologia mostra, entretanto, além da diversidade dos "modelos" de organização e de

95

ordenação, a convergência de pistas que guiam sua elaboração progressiva: guias para a pesquisa, elas indicam os métodos possíveis.

A definição provisória

Durkheim [1895] recomenda que se elabore, no início de toda pesquisa, uma definição *provisória* do objeto. É tanto mais importante afirmar o estatuto provisório e a evolução necessária de uma primeira definição na medida em que o objeto em sociologia, histórico e, desse ponto de vista, único, não pode nunca ser definido completamente a partir de quadros e de modelos pré-construídos. Quando Max Weber se propõe "comparar à realidade" o tipo ideal do espírito do capitalismo, ele sabe que o trabalho de elaboração conceitual só irá terminar com a pesquisa: "Tal conceito histórico não pode ser definido segundo a fórmula do *genus proximum*, *diferencia específica*, uma vez que ele se refere a um fenômeno significativo tomado em seu caráter individual próprio; mas ele deve ser *composto* gradualmente, a partir de seus elementos singulares que devem ser extraídos um a um da realidade histórica. Não se pode, então, encontrar o conceito definitivo no início mas apenas no final da pesquisa" [Weber, 1920].

Definição provisória, definição dominante

Contra aquilo que ele chama de *prenoções*, Durkheim [1895] pede ao sociólogo para "tratar os fatos sociais como

coisas" e, para isso, que estruture a definição deles a partir da "coerção" que eles exercem. Quando a questão é definir, pode-se propor uma formulação mais específica dessa regra se aproximamos a noção de coerção das análises sociológicas da definição dominante, notadamente as de Weber. Mesmo provisória, a definição confronta, com efeito, o sociólogo com a existência impositiva de *definições socialmente dominantes*. Daí decorre um objetivo prioritário, o estudo dessas definições. Inicialmente, o estudo das *definições legais, as das missões e funções das instituições* (o casamento é uma instituição), *as das condições de acesso à instituição e dos direitos e deveres que regulam seu funcionamento*. Além das definições legais, nos interessaremos pelas definições daquilo que, em um estado de sociedade, é considerado "socialmente legítimo" [Weber, 1922], desde o que é tolerado, não representável, até o que é socialmente valorizado e/ou tido como natural. Um terceiro registro de definições concerne intimamente à pesquisa: *as definições conceitualmente dominantes*. Em uma dissertação, como em toda pesquisa, passar em revista o que se escreveu sobre a questão (o estado dos conhecimentos) é ao mesmo tempo inscrever essa pesquisa em uma (ou várias) tradição(ões) de pensamento, e tomar em relação a ela(s) uma distância crítica. Analisando o capitalismo a partir da história do protestantismo, Weber se colocou à margem da definição conceitualmente dominante do capitalismo como fenômeno econômico.

É que a fecundidade de uma pesquisa sociológica (encontrar algo novo) supõe que a elaboração de *definições sociais se constrói inicialmente contra as definições dominantes e contra aquilo que elas tendem a ocultar*. A pesquisa deverá,

com efeito, integrar as definições dominantes, mas também se dar os meios de opor-lhes outros pontos de vista. É uma perspectiva crítica, mas no sentido em que se fala de crítica das fontes: as definições dominantes são as fontes dominantes de informação (conteúdo e forma). É, portanto, uma regra geral de método e uma condição da transformação da definição provisória.

Pistas para as definições sociais

A análise das definições dominantes fornece uma primeira pista para a elaboração das definições sociais. Com efeito, é raro que definições legais, definições socialmente legítimas e conceitualmente dominantes se superponham completamente: apenas a análise delas destaca diferenças e abre um espaço crítico (comparar as diferenças). Por exemplo, segundo os tipos de legitimidade das quais são investidos, pode-se distinguir os objetos mais institucionalizados daqueles que parecem depender mais de uma espontaneidade regulada das interações sociais.

• *As instituições* — No primeiro nível dos objetos mais institucionalizados vêm as instituições propriamente ditas. Reguladas por via legal, elas têm missões e funções oficiais. O objetivo será destacar, para além das “funções manifestas”, as “funções latentes” [Merton, 1949], que sempre, até certo ponto, as contradizem. Se nos colocarmos do ponto de vista dessas instituições e das missões que lhes são designadas, falaremos de possíveis “efeitos perversos” [Boudon, 1977].

Trata-se mais de operar uma ruptura mais forte com o ponto de vista institucional (portanto dominante) do que analisar os usos sociais da instituição do ponto de vista de seus agentes e/ou de seus públicos.

Comparada, confrontada com a definição oficial da instituição, a análise de seus usos sociais manifesta a pluralidade das definições sociais possíveis. É dessa forma que, contra uma definição oficial das funções da escola, foram enfatizadas suas funções opostas e complementares de validação das heranças culturais das primeiras e de desqualificação das outras [Bourdieu & Passeron, 1964]. Também contra a definição mais oficial das missões de um hospital psiquiátrico (cuidar, fazer sarar) foram analisados seus usos sociais que confrontam e opõem as práticas de seus agentes e as de seus pacientes, as primeiras tendendo a apagar a identidade social dos pacientes para impor-lhes novas “etiquetas” identitárias, as segundas manifestando as formas de resistência a esse trabalho de imposição, atitudes e práticas que são em seguida reinterpretadas pelos agentes segundo as grades de análise da patologia [Goffman, 1961].

• *A espontaneidade das interações* — Do lado oposto do universo oficialmente regulado das instituições, é sob o signo da espontaneidade (do livre-arbítrio, da livre escolha, do “natural”) que se inscreve a forma normal e legítima de certas práticas (modos de sociabilidade, usos de locais públicos, práticas de lazer...), de certas representações e maneiras de sentir (gostos, sentimentos, paixões...). A espontaneidade singular da qual se supõe que elas dependem constitui sua definição social dominante. O sociólogo estabelece, por princi-

pio de método, a hipótese de uma espontaneidade socialmente regulada que não leva mais em conta aquilo que a modelou como tal. A partir da diversidade observável dessas maneiras de agir, de pensar e de sentir, ele procura seu fundamento na análise comparada das trajetórias e das experiências passadas em relação com a situação que reativa os *habitus* [Bourdieu, 1972]. Ilusão socialmente fundada, a espontaneidade vivida remete aos processos de construção dos quadros sociais da memória e do esquecimento [Halbwachs, 1949].

• *Um exemplo: definição social de um conjunto habitacional* — A pesquisa de Jean-Claude Chamboredon [1970] sobre as relações sociais no interior de um conjunto habitacional dá conta dos conflitos que se instauram em torno das atividades das crianças e dos adolescentes em espaços comuns; elas focalizam as tensões (barulho, gritos, "agitações"). No início dessas tensões, distinguem-se primeiramente os contrastes entre os usos sociais dessas partes comuns: os casais mais velhos "se queixam" da invasão dos grupos adolescentes; os contrastes tornam-se tensões na medida em que modos de vida entram em concorrência. Mas essas tensões não seriam assim se, além desses "conflitos de geração", não houvesse oposições de classe: os "jovens" são oriundos de famílias populares, seus advérsários pertencem à classe média. Os "modos de vida" dos jovens são simbólicos na medida em que colocam em questão e contradizem os princípios de educação e a definição social das idades da vida que legitimam a posição social da classe média. A construção social do conflito e o desconhecimento de seu contexto estão enraizados nas políticas de ocupação do conjunto habitacional: para uns, famílias numerosas na maio-

ria das vezes, trata-se de habitações sociais; outros chegam a elas por meio de financiamentos. Esses modos de ocupação constroem também "a proximidade espacial e a distância social" e os confrontos que delas procedem.

A construção social do objeto

Assim, uma das medidas mais seguras de desconstrução das definições dominantes passa pela ênfase da diversidade das definições sociais; ela designa o impensado das definições dominantes e leva, com o estudo de suas determinações, à pesquisa dos modos de construção social do objeto.

Uma perspectiva histórica, genética e comparativa destaca necessariamente uma pluralidade de tempos e de espaços sociais cuja especificidade torna-se objeto de pesquisa e supõe uma conceitualização adequada. É preciso estar pronto para questionar os quadros sociais dominantes das representações, as compartimentalizações conceituais preestabelecidas, até mesmo as da disciplina (sociologias do trabalho, da família, da religião, da cultura...). Lembramos a maneira pela qual Weber, trabalhando com a longa duração, havia esclarecido a construção social do capitalismo a partir da história das religiões. Se Goffman pôde estudar a construção social da loucura em hospital psiquiátrico ao preço de uma ruptura com as definições médicas dominantes e científicas da saúde mental, foi por não mais inscrever sua análise no quadro conceitual do cuidado médico, mas na lógica das "instituições totais", que, como as prisões, os conventos e ainda outros internatos, operam uma tomada de responsabilidade total dos reclusos e em

que um dos desafios específicos das interações é a construção de uma identidade nova. A observação prolongada permite comparar o que se dá a ver e a ouvir nos locais, em momentos e em companhias diferentes, "cenas sociais" representadas e reconstruídas na interação cotidiana. Passar de uma à outra encadeia "representações de si" [Goffman, 1956]: desafios, estratégias e maneiras sociais de valer diferente e com eles as conceitualizações a ser postas em prática para dar conta deles. Um exame crítico dos sociocentrismos que agem nas produções científicas e nas do senso comum sugere que a descompartimentalização conceitual é tanto mais necessária na medida em que se trata de estudar grupos socialmente distantes e dominados [Combesse, 1972, 1989].

DUAS APLICAÇÕES NO TRATAMENTO DOS DADOS

Crítica das fontes e análise das categorias

Os métodos precedentes indicam as dimensões mais propriamente sociológicas de uma crítica das fontes.

Trata-se, certamente, como em outras disciplinas de ciências humanas e sociais, de identificar sua origem e de avaliar sua "confiabilidade", examinando notadamente, se se tratar de estudos, de enquetes ou de pesquisas, a precisão e a pertinência de sua metodologia. Mas, talvez mais do que outra disciplina, a sociologia tem o dever de aprofundar a construção social de suas fontes.

Na própria medida em que é ele próprio produtor de informações e engajado na análise das "coerções sociais"

[Durkheim, 1895] que estruturam os fatos sociais e suas representações, o sociólogo não pode esquecer que uma observação, uma entrevista, uma codificação, uma distribuição estatística são *construções*. Uma crítica sociológica das fontes pode então ter por objetivo específico "desnaturalizar" aquelas que, porque socialmente consideradas as mais legítimas, parecem "ser óbvias" e quase não permitir a análise das determinações e contingências sociais que estão em seu princípio e no princípio das construções que elas afixam. É o caso notadamente das fontes estatísticas.

Para codificar idades em vista de uma exploração estatística, estabelecem-se faixas etárias: qualquer que seja o agrupamento operado, perde-se necessariamente informação (as diferenças no interior da faixa etária) e, seja qual for o cuidado que se tenha para fundamentar a sua pertinência, trata-se, em todo caso, de decidir por um "mal menor", por um "quase isso" sempre desconfiável (será que ter "menos de vinte e cinco anos" é a mesma coisa para os rapazes e para as moças, para os migrantes e para os estudantes da capital?). Apenas para permitir a comparação com outras pesquisas, essas faixas são na maioria das vezes as mesmas e encontram-se de alguma maneira naturalizadas. O leitor de revistas, jornais e periódicos que falam do "desemprego dos jovens" não está, todavia, inclinado a interrogar-se sobre os critérios da classificação que, na maioria dos dados estatísticos, designa com a palavra "jovens" os "menores de vinte e cinco anos" e, no caso do desemprego, exclui de fato os estudantes.

Na análise crítica das fontes, o sociólogo estará particularmente atento para a variabilidade do conteúdo de uma

mesma noção, de uma mesma classe estatística. Dois grandes princípios de variabilidade podem ser extraídos.

- *Variabilidade histórica* — O título de bacharel não tem o mesmo significado social no início e no fim do século XX, assim como ser operário qualificado da indústria automobilística ou ser professor(a) primário(a). Essa variabilidade social implica uma forma específica de crítica das fontes. A permanência de um rótulo, de um título ou de um nome de classe estatística pode com efeito ocultar a transformação dos critérios de registro: sabe-se da incidência possível, nas estatísticas, da transformação das definições oficiais do desemprego; sabe-se menos que uma parte do aumento das taxas de escolarização nas estatísticas do ensino secundário na França deveu-se ao fato de que foram progressivamente anexados ao ensino secundário estabelecimentos de ensino que a ele antes não pertenciam [Briand & Chapoulié, 1981].

O termo genérico categorias socioprofissionais remete às classificações operadas pelo INSEE cujo código CSP cruzava critérios práticos e teóricos objetiváveis: setores de atividade, estatutos (assalariados e autônomos), posição hierárquica, níveis de qualificação... Seu novo princípio de classificação conserva o essencial desses critérios recompondo-os e mudando o nome do código (PCS: profissão e categorias socioprofissionais), mas continua-se a falar das categorias socioprofissionais do INSEE [Briand & Chapoulié, 1985; Destroières & Thévenot, 1996].

- *Variabilidade geográfica* — Quer seja nessas dimensões internacionais, nacionais ou mesmo locais, a variabilidade

geográfica é um indicador de variabilidade social. Não se pode confundir o valor social de um diploma de terceiro ciclo universitário em um país fortemente escolarizado com o de outro em que fazer um curso universitário é algo excepcional. Em um mesmo país, em uma mesma instituição, critérios de registro diferentes podem se dissimular atrás de títulos idênticos: por exemplo, segundo seja o próprio entrevistado que designa sua categoria social, um pesquisador profissional ou ainda um agente administrativo que desempenha essa tarefa entre muitos outros. Na França, o Ministério da Educação Nacional apresenta um caso notável de variabilidade dos procedimentos de registro dos alunos e estudantes [Merlié, 1983].

Tratamento sociológico de dados textuais

- *Documentos codificados, documentos textuais* — Um dos objetivos dos métodos de descoberta e de coleta dos dados é a produção de informações homogêneas (em grande parte pelo menos): sejam textuais, sejam codificadas, elas devem, por isso, ser comparáveis entre si e poder ser submetidas a um tratamento sistemático.

Destacamos a que ponto a estrutura do questionário é determinada pela perspectiva do tratamento informático ao qual suas informações serão submetidas: o questionário é pré-tratado. Abordando a questão da codificação e da pré-codificação e a das questões abertas ou fechadas (ver capítulo III), antecipamos, de fato, a questão do tratamento. As questões abertas, entretanto, fazem parte de inúmeras va-

riedades de documentos textuais que, por causa de sua homogeneidade relativa e de seu número às vezes elevado, permitem uma análise comparativa sistemática que não pode ser empregada antes da coleta.

A origem desses documentos textuais é diversa. Além das questões abertas dos questionários e das entrevistas semidirigidas, que fazem parte da pesquisa, existem todos os tipos de documentos de segunda mão de homogeneidade certamente variável mas com frequência suficiente: assim, foram analisadas coletas de correspondência (cartas de detentos, cartas enviadas a um organismo na ocasião de uma reforma...), arquivos de tribunais, atas, relatórios de reuniões de uma comissão de uma empresa, discursos de entrega de prêmios, manuais escolares, artigos de imprensa, histórias de vida redigidas na ocasião de um concurso etc. A lista ainda poderia ser estendida.

Mais exploratórios no início, progressivamente orientados para a administração da prova, os métodos de tratamento dos documentos textuais desse tipo podem versar prioritariamente sobre os temas (*análise temática*, também chamada *análise de conteúdo*, a mais empregada em sociologia) ou sobre os *modos de expressão*. Os progressos da informatização facilitaram e tendem a generalizar a análise conjunta de uns e de outros, em relação com as perspectivas ou pontos de vista sociológicos que podem orientar a organização das análises.

• *Tratamentos exploratórios* — No início do trabalho de seleção e de identificação dos trechos, o objetivo é mais exploratório. Três métodos podem então ser associados:

— começar pela análise de *três trechos curtos* (uma linha ou duas) *depois de tê-los descontextualizado* (deve-se, tanto quanto possível, ignorar de qual entrevista, de qual texto

eles foram extraídos): em um primeiro momento, o leitor não faz comentário algum; trata-se de “fazer falar” o texto para além de seu sentido manifesto, de se prestar uma atenção extrema às palavras empregadas (por que mais estas do que aquelas?) e, de alguma maneira, de formular *hipóteses de sentido forçadas*, pistas cuja fecundidade e cuja pertinência devem ser verificadas na seqüência do texto; ter por objetivo a mobilização de *analogias* que sugerem eixos de leitura e de interpretação (para os visitantes, a prisão seria uma “terra de missão”? O respeito que se confere à escola é “religioso”? O informante é o “embaixador do grupo”? Passar no vestibular funciona como um “capital cultural”?). A pertinência dessas analogias deve em seguida ser controlada: seu alcance e seu limite devem ser definidos;

— analisar *dois textos (documentos, entrevistas) que tratem dos mesmos temas mas que se anunciam como muito dessemelhantes* (que emanam, por exemplo, de um executivo e de um operário sem qualificação): a diferença entre os textos mobiliza e diversifica a atenção.

Nos três casos, trata-se de forçar a atenção para desprender um sentido, e esses métodos se inscrevem diretamente na intenção de construir tipos ideais (“acenuações unilaterais” às quais em seguida “compara-se a realidade”). A atenção forçada liga-se às únicas palavras do texto que podem fundar as interpretações: a análise associa estreitamente os temas e seus modos de expressão, e as hipóteses de sentido se fundam na carga semântica dos próprios termos “da tribo”.

• *Análise de conteúdo: extrair, identificar, classificar* — O primeiro objetivo é recortar o texto em trechos tais que, à

questão "de que fala essa passagem?", seja possível responder com uma palavra ou um título bem curto. Essas *palavras-chave* identificam as *unidades temáticas elementares* do texto.

No caso de entrevistas semidirigidas, o guia de entrevista já propõe as palavras-chave. Uma leitura atenta do texto deve facilitar a emergência de temas mais precisos, novos temas e subtemas.

Por exemplo, nas entrevistas com pais de alunos, um dos temas era o acompanhamento pelos pais do trabalho escolar.

A análise extrai subtemas nas modalidades de acompanhamento: acompanhamento das notas, ajuda nas lições, ajuda nas tarefas, questões sobre o dia na escola (questões gerais, questões sobre a aula, sobre os colegas...), observações feitas a respeito do caderno, discussões sobre um ponto ensinado na escola, excursões ou visitas relacionadas com o programa escolar...

A análise conduziu igualmente à distinção dos atores do acompanhamento (o pai, a mãe, ambos, irmãos, irmãs, vizinhos...).

Alguns trechos foram relacionados aos dois subtemas (modalidades de acompanhamento, atores do acompanhamento). Alguns também foram relacionados a outros temas (práticas culturais, relações de vizinhança, estrutura familiar...). A margem de cada trecho foram anotados os temas e os subtemas de conexão.

Assim, a análise de conteúdo tem por regra:

- isolar as unidades temáticas distinguindo temas e subtemas;
- escolher para cada uma a palavra-chave (ou as palavras-chave) que a resume(m) melhor (pode ser interessante escolher para isso uma palavra, uma expressão do texto);
- anotar à margem do trecho todas as palavras-chave assumindo os temas e subtemas de conexão;

— anotar à margem também as referências do documento (entrevista n.º 7...) e o lugar do trecho no texto (página 8, linhas 10 a 15...);

— classificar os trechos em dossiês temáticos correspondentes, os quais serão, eles próprios, organizados em diferentes subtemas.

Durante o tratamento, uma das dificuldades reside na homogeneização das palavras-chave. Tendo as primeiras sido definidas em alguns textos o mais próximo possível de seu enunciado (às vezes palavras do próprio texto), é preciso decidir em que medida elas podem ser homogeneizadas; podemos, então, ser levados a renunciar a palavras-chave demasiado particularizantes ou a criar subseções no interior de alguns subtemas.

• *Análise transversal e longitudinal* — Temas e subtemas assim identificados e classificados constituem então uma grade de análise, que permite que se opere em duas direções:

- por análise transversal entende-se a análise comparativa dos enunciados no interior de cada subtema e tema; ela é chamada transversal na medida em que cada tema "atravessa" o conjunto dos textos. Comparam-se os trechos reunidos no interior de cada dossiê para extrair semelhanças e diferenças; a partir destas últimas, operam-se agrupamentos para construir tipos e tipologias; quanto à análise longitudinal, tem por objetivo o estudo comparado da organização sequencial de cada texto: ela se interessa pelo desenvolvimento de cada entrevista, pela ordem de aparecimento dos temas e subtemas, por seu desenvolvimento (número de linhas), por seus encadeamentos, pelas recorrências e co-ocorrências...

• *A análise dos modos de expressão* — Quer seja transver-
sal ou longitudinal, uma análise temática aprofundada impli-
ca uma análise dos modos de expressão. No interior de um
mesmo tema ou subtema, a análise transversal compara as
palavras e expressões que o enunciam (amigo, colega, com-
panheiro, chapa...); um de seus objetivos é especificar a carga
semântica (ela deve *a priori* construir a hipótese de que as
relações que estruturam um grupo de amigos são socialmen-
te diferentes das que definem um grupo de "chapas"). A
análise longitudinal, tratando da organização sequencial,
indica prioridades, estratégias de exposição, das associações
de temas, uma evolução das maneiras de dizer e das dificul-
dades de fazê-lo que caracterizam juntos a interação e a
dinâmica de produção de sentido no decorrer da entrevista
ou no documento.

Tanto em um caso como em outro, essa análise lexical
pode ser completada por um estudo das modalidades de
utilização da língua:

- a categoria gramatical das palavras: nomes, verbos, adje-
tivos, pronomes, conjunções...
- o tempo dos verbos; sua polaridade: afirmativa ou nega-
tiva; sua modalidade (um pouco, sempre, muito...); seu
aspecto: estativo (ser e ter); ativo (fazer); declarativo
(dizer); performativo (o enunciado equivale a uma rea-
lização da ação: "eu agradeço");
- as características dos adjetivos (abstratos, figurativos...);
- a pessoa dos pronomes;
- as estruturas sintáticas: tamanho e estrutura das propo-
sições (conjunção, subordinação, justaposição), frases no-
minais, rupturas sintáticas...

- as estruturas lógicas (contradições, repetições...);
- os aspectos estilísticos (metáforas, litotes...).

Para preparar as análises temáticas e mais particularmen-
te para as análises de tipo gramatical, sintático, lógico e estilís-
tico existem programas de computador eficientes cujo uso se
expandiu bastante.

• *Sociologizar a análise* — Sociologizar a análise dos modos
de expressão (sociolinguística) é primeiramente *colocá-los em
relação com as características sociais dos locutores* (falar popu-
lar/falar culto, urbano/rural, masculino/feminino...) e estudar
suas variações segundo os temas (como se fala da aula, como
se fala do recreio...).

Quer se trate dos temas ou de seus modos de expressão,
a comparação tem, com efeito, por objetivo mínimo estabe-
lecer um conjunto de traços comuns e distintivos, em segui-
da extrair deles, para além dos traços comuns e das diferen-
ças mais sutis, aqueles que justificam a construção de
subconjuntos suficientemente homogêneos de *tipos sociais* (de
práticas, de atitudes, de estratégias, de representação...).

Aproximar e comparar os tipos sociais conduz à interro-
gação sobre o(s) elo(s) que os une(m), ou seja, sobre as
tipologias possíveis, tanto de tipo genealógico com imputação
causal cronológica como de tipo funcional ou estrutural (que
homologia existe entre a lógica do time de futebol e a do
grupo de adolescentes? O tênis representa para os adolescen-
tes de classe média aquilo que o futebol representa para os
jovens das classes populares?...). Essa interrogação abre ca-
minho para as hipóteses sobre os determinantes da constru-
ção social do objeto.